

A MEMÓRIA COLETIVA DA ESCRAVIDÃO NUM PANORAMA DE 250 ANOS NO ROMANCE *A TRAVESSIA DO RIO* (1993), DE CARYL PHILLIPS

Dayvienn Rosas dos Santos CHÍXARO¹
Elis Regina Fernandes ALVES²

RESUMO: Analisa-se *A travessia do rio* (1993), de Caryl Phillips, sob o viés da memória coletiva da escravidão. Para Halbwachs (2006), há memórias individuais que se tornam coletivas e históricas. O romance engloba as memórias coletivas de dois escravos, um descendente de sujeitos escravizados e um capitão de navio negreiro, num panorama histórico de 250 anos de escravidão negra e seus legados. A memória coletiva da escravidão se torna histórica com base na memória dos escravizadores, detentores do poder econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva; Escravidão; *A Travessia do Rio*; Caryl Phillips.

1. Introdução

Este trabalho busca analisar as memórias coletivas da escravidão negra no romance *A travessia do rio* (1993), que compõe um panorama histórico de 250 anos, para evidenciar as características da escravidão em momentos históricos distintos, bem como seu legado para os descendentes dos escravos e a rememoração por parte dos sujeitos escravizados.

Para tanto, realiza-se um breve histórico da escravidão negra, das capturas de escravos, da travessia pelo Atlântico e de suas condições de vida nas *plantations* norte-americanas, para o entendimento de como se deu o tráfico de africanos e todo o tratamento cruel que lhes era dispensado. Em seguida, discute-se a ideia de memória e suas evoluções ao longo dos séculos, para se entender os conceitos de memória individual, coletiva e histórica, entendendo como as memórias coletivas se tornam históricas. O

¹ Graduanda em Letras - Português e Inglês pela UFAM - Universidade Federal do Amazonas, no IEAA - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente de Humaitá - AM. E-mail: deiveabc3.8@gmail.com

² Docente do curso de Letras - Português e Inglês da UFAM - Universidade Federal do Amazonas, no IEAA - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente de Humaitá - AM; orientadora do PIBIC. E-mail: elisregi@ufam.edu.br

conceito de memória coletiva foca em Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (2006) e sua tese de que as memórias individuais existem, mas são componentes de memórias coletivas, dada nossa inserção em contextos sociais variados

Narrando de forma metafórica a separação de uma família africana, em algum local não nomeado na costa do continente, e seus três filhos vendidos como escravos pelo próprio pai, no século XVIII, o romance *A travessia do rio* consegue evidenciar como os sujeitos escravizados são afetados pela escravidão e como seus legados são sentidos pelos descendentes de pessoas que foram escravizadas. A composição do romance engloba as memórias coletivas desses personagens, mas, mais do que isso, agrupa tais memórias de modo simbólico, na medida em que cada um dos filhos representa um momento distinto da escravidão negra e de seus legados. Por isso, esta obra figura como uma narrativa em que as memórias coletivas de escravos podem ser observadas como meio de se entender a escravidão pela ótica daqueles que foram escravizados, que tiveram sua liberdade cerceada e que sofreram as consequências dos legados da escravidão mesmo após a abolição da escravatura negra.

2. Um breve histórico da escravidão negra na África

A escravidão negra na África afetou a vida de milhões de pessoas. Entretanto, ela já se fazia presente muito antes do início do comércio escravista com europeus na costa da África. Na Grécia e em Roma, desde séculos antes de Cristo, já havia escravos negros para os afazeres domésticos. Com a invasão dos mulçumanos na África, na costa de Gana, no século XI, a escravidão tornou-se “institucionalizada”, como diriam Franklin e Moss (1989), mas esse comércio já era largamente praticado.

No final do século XVI, os próprios europeus, que já comercializavam com países da costa ocidental da África produtos como ouro, marfim, pimenta e tecidos, começaram a traficar africanos para a Europa. O apoio das igrejas cristãs para tal tipo de

comércio foi fundamental para seu crescimento e difusão, como entende Williams (2012):

A Igreja também apoiava o comércio de escravos [...]; e os jesuítas, os dominicanos e os franciscanos estavam maciçamente envolvidos na cultura canavieira, o que significava ter escravos (p. 78).

Com a busca por novas rotas de expansão comercial no Novo Mundo, a Inglaterra (e outros países europeus) enxergou nos africanos a solução para os seus problemas, pois existiam em abundância, poderiam ser capturados com a ajuda de comerciantes africanos e, a longo prazo, o uso dessa mão de obra sairia mais barato do que usar os servos brancos europeus. Os ingleses entenderam que poderiam comprar os africanos para sempre, que os tratariam sob disciplina rígida e que poderiam degradá-los em nome da estabilidade da plantação e do cristianismo: “Os países europeus podiam olhar com gratidão o primeiro de seus nacionais que explorou as costas da África e levou este ouro negro para a Europa.” (FRANKLIN e MOSS, 1989, p. 45).

Os navios negreiros saíam da Europa e atracavam nos portos da África carregados de bens, produtos manufaturados e gêneros alimentícios para serem negociados em troca de escravos. Os navios faziam a travessia do Atlântico, a “Passagem intermédia”, e vendiam seus escravos no novo mundo. De lá, se enchiam de rum, açúcar ou melão para a Europa, completando o chamado “Comércio triangular” (WILLIAMS, 2012). Geralmente, os comerciantes negreiros, ao chegarem às terras africanas, estabeleciam logo contato com os chefes locais a fim de conseguir permissão para fazer o tráfico na região. Mercadorias eram oferecidas e doadas com o intuito de obterem o desejado. Preços eram combinados previamente. O *caboceer*, um nativo africano indicado pelo chefe local, reunia os negros que seriam vendidos. Levava-os para uma inspeção geral no navio:

Frequentemente, os escravos em perspectiva tinham sido tão completamente barbeados e lavados com óleo de dendê, que era bem difícil determinar sua idade ou suas condições físicas (FRANKLIN E MOSS, 1989, p. 48).

A negociação podia durar meses e, enquanto isso, aqueles já comprados aguardavam nas celas dentro dos navios, em condições precárias que se repetiriam nos meses em que durava a travessia do Atlântico (KLEIN, 2015). Neste comércio, os compradores davam preferência por homens jovens, fortes, saudáveis, que aguentassem a travessia do Atlântico e que dessem anos de lucros a seus compradores no novo mundo. A escolha de mulheres se baseava em sua capacidade de procriação. Sobre as mulheres, eram as que mais sofriam violência, pois além dos castigos comuns aos homens, ainda eram vítimas constantes de abuso sexual por parte dos marinheiros do navio (MEIER E RUDWICK, 1970).

Os navios negreiros faziam a passagem do Atlântico, chamada de "Passagem intermédia" por Williams (2012), lotados, levando os escravizados em condições degradantes:

acorrentados aos pares, a perna direita de um à perna esquerda do outro, a mão direita de um à mão esquerda do outro, cada escravo tinha menos espaço do que um homem num caixão (WILLIAMS, 2012, p. 69).

As doenças e epidemias se alastravam. A varíola e doenças gastrointestinais que causavam diarreias eram as mais fatais. As epidemias eram um fator preponderante nas altas taxas de mortalidade: "consequência inevitável da longa duração da viagem e da dificuldade de manter os alimentos e a água em condições salubres." (WILLIAMS, 2012, p. 69). O ambiente nestes navios era de insalubridade e greves de fome, por parte dos escravizados, eram frequentes, já que muitos preferiam morrer do que serem levados como escravos para toda a vida. Diante deste quadro, muitas mortes ocorriam, pois os comandantes destes navios não estavam preocupados com o bem-estar dos escravos e sim com o lucro que

obteriam com as vendas. Mesmo com todas as despesas, os contratemplos e a mortalidade nas viagens, ainda assim o tráfico de escravos se mantinha como uma das principais fontes da riqueza e do poder europeu nos séculos XVII e XVIII (SMALLWOOD, 2007).

Já no novo mundo, as plantações eram de grande importância econômica para a Inglaterra, e a escravidão, essencial para a sua prosperidade. Deste modo, nenhum sinal de humanidade transparecia por parte dos exploradores, e os escravos eram encomendados como objetos, livres de quaisquer defeitos:

Um negociante de Liverpool alertou seus agentes para que não comprassem escravos com hérnia, deficiência mental ou qualquer 'condição antiga de fraqueza'. Um poeta das Índias Ocidentais aconselhava que o traficante verificasse se o escravo tinha língua vermelha, peito largo e barriga não saliente. Compre rapazinhos, recomendou um feitor de Nevis (WILLIAMS, 2012, p. 73).

Após a escravidão reinar nas ilhas açucareiras, foi a vez de começar a levar escravos negros ao interior das colônias americanas. No século XVIII, com o declínio da economia nas Índias Ocidentais, a América do Norte tornou-se o foco das atenções para onde se exportariam mais escravizados. Na Virgínia, a mão de obra dos índios e servos contratados para o desmatamento e cultivo de safras de fumo era insuficiente. Foi então que pensaram na servidão perpétua para os escravos negros, já que a oferta era infundável, como já haviam percebido nas índias ocidentais.

Os virginianos começaram a enxergar o que as ilhas vizinhas das Antilhas já haviam reconhecido: que os negros não podiam escapar facilmente sem serem identificados; que podiam ser disciplinados, até mesmo castigados com impunidade, já que não eram cristãos; e que a oferta era, evidentemente, inexaurível (FRANKLIN E MOSS, 1989, p. 67).

Quanto mais jovens, sadios e dóceis, maior o preço. Nas fazendas, começavam uma vida de trabalho perpétuo, com castigos físicos e condições degradantes de moradia e alimentação. O

trabalho excessivo a que os sujeitos tornados escravos eram submetidos era cruel, não poupava as mulheres, nem idosos e crianças:

Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quanto fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo (DAVIS, 2016, p. 21).

Para os escravistas, quanto mais tempo os escravizados passassem trabalhando, maior seria o seu lucro, e isso era o que realmente importava para os exploradores de trabalho humano. A alimentação normalmente era imprópria e insuficiente. Cada adulto recebia um quartilho de cereal e um quartilho de arenque (frequentemente deteriorado) por dia, e nem sequer 0,500kg de carne salgada por semana. Peixes de má qualidade estavam entre os melhores alimentos ofertados aos sujeitos escravizados e, absurdamente, o plantador que distribuía este tipo de alimento adquiria a reputação de ter grande benevolência (FRANKLIN E MOSS, 1989).

Diante do número de pessoas negras que aumentava nas colônias, códigos escravistas foram criados. Os escravizados não podiam sair da plantação sem um passe e era proibido portarem armas. Se agredissem um cristão, seriam açoitados severamente, e caso ocorresse novamente a agressão, haveria a marcação no rosto com ferro quente. O uso da chibata era algo comum, sendo que o número de chibatadas podia passar de 200. Outra punição popularmente conhecida era pendurar o infrator em uma árvore, amarrado com pesos de ferro no pescoço e cintura. Ainda assim, vários levantes contra o sistema de plantações e fugas aconteceram, o que implica considerar que havia grande resistência por parte dos sujeitos escravizados diante de sua situação, desde a resistência à captura em África até as tentativas de motins nos navios e, nas plantações, os levantes, as revoltas, os assassinatos de seus donos (SEGAL, 1995).

Há diversos registros de fugas ou levantes por parte dos escravizados. Fugiam pelos castigos, pelo desejo de liberdade, pela separação da família, pois os escravizadores não poupavam mães, pais ou filhos caso a venda fosse lucrativa. Eram tentativas arriscadas, contudo, era a única maneira que os africanos encontravam como forma de recuperarem a sua liberdade. Os fugitivos, segundo Franklin e Moss (1989), causavam um certo pânico nos donos das plantações, já que incitavam mais escravizados a também fugirem e usavam de violência em sua defesa, o que indica que a resistência sempre esteve presente dentre os sujeitos escravizados, mesmo nas situações mais adversas. Os plantadores colocavam capatazes para capturarem de volta os fugitivos. Os castigos aplicados aos capturados eram execução por meio de queima na fogueira, açoitamentos e enforcamentos.

Estes códigos escravistas tiveram validade até grande parte do século XIX, no entanto, essa situação foi modificada com a Guerra Civil nos anos de 1860, que finalmente permitiu a abolição da escravatura em todo o país. Não se pode precisar com exatidão o grande número de pessoas afetadas com esse comércio desumano, contudo, a escravidão africana persistiu por muito tempo para enriquecer aqueles que detinham o poder e deixou grandes legados de racismo. Mesmo após a abolição da escravatura nos Estados Unidos, por exemplo, em 1865, a política segregacionista perdurou no país, e, na Europa, casamentos inter-raciais continuaram sendo “mal vistos” por mais de um século. Angela Davis aponta outros exemplos de segregação racial em diversos setores sociais, que impediam a igualdade de direitos aos sujeitos negros em questões eleitorais, acesso à educação e uso de transporte público até a década de 1960 nos Estados Unidos (DAVIS, 2016).

3. Evolução histórica do discurso sobre memória

O discurso sobre a memória é muito antigo e, segundo Le Goff, em um primeiro momento, memória remete-nos “a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa

como passadas.” (1994, p. 423). Entretanto, no passado, a importância dada à memória difere da visão atual. Muito ligada à arte da retórica, a memória foi fortemente penetrada também pela teologia e por muito tempo, a arte da memória foi relegada como a arte de memorizar, como revelam autores retóricos latinos como Cícero e Quintiliano, que cultivaram e desenvolveram as técnicas da *ars memorativa*, chamadas de mnemotécnicas, perto do século 1 (depois de cristo), como aponta Le Goff (1994).

Hoje a memória é objeto de pesquisa de várias áreas da ciência como a antropologia, a sociologia, a história, a medicina (com suas neurociências), dentre outras. Neste sentido, estudiosos trouxeram à esfera das ciências humanas e sociais as pesquisas relacionadas à memória. A mnemotécnica é uma delas e relaciona-se com técnicas de aprendizagem. Estes estudos vão aproximar linguagens e memórias, língua falada e língua escrita, todas relacionadas com o armazenamento de informações (ROSSI, 2010).

Le Goff (1994), estudando Leroi-Gourhan, esclarece que para este último, em sentido lato, a memória existe nas formas específica (que define a fixação comportamental de espécies animais), na forma étnica (assegura os comportamentos em reprodução nas sociedades humanas) e na forma artificial (assegura a reprodução de atos mecânicos encadeados). Um tipo de memória definido por Le Goff (1994) é a individual, que passou a ser estudada por psicólogos e psicanalistas, levando em consideração a recordação, tanto nas manipulações conscientes quanto inconscientes, que o interesse exerce sobre as mesmas. Outro tipo de memória defendido por este mesmo autor é a coletiva, que se tornou um mecanismo de manipulação, na luta pelo poder, a qual ele vem chamar de “silêncios da história” (1994, p. 426). Estes silêncios são reveladores à medida em que demonstram que a grande preocupação de grupos e classes que dominam as sociedades históricas é mesmo a de tornarem-se os senhores da memória coletiva.

Maurice Halbwachs discorreu sobre a teoria da memória e sobre suas características e diferenças em sua obra *A memória coletiva*, na qual propõe que a memória está relacionada à vida em sociedade, ou seja, em grupos. Acredita que o fato social “não é

exterior às pessoas que o vivem” e que a consciência faz parte da essência de uma sociedade (HALBWACHS, 2006, p. 20). Ele defende que a memória individual recebe mudanças de acordo com os grupos com os quais nos envolvemos, assim como nas nossas relações estabelecidas com os mesmos, ou seja, os acontecimentos individuais que fazem parte da nossa memória individual existem, porém são influenciados pela memória dos outros grupos e em diferentes contextos. Pierre Nora igualmente entende que a memória “é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (1993, p. 9), tendo em vista que a memória do indivíduo decorre da memória de grupos. Sendo assim, a memória individual passa a se tornar coletiva. A consciência, por não ser vazia e nem solitária, apoia-se nas lembranças de muitas correntes de pensamento coletivo e, a partir daí, as memórias do passado são reconstituídas.

Para Halbwachs (2006), todo indivíduo terá suas lembranças entrelaçadas com a realidade presente ou evocadas por outros indivíduos ou grupos. Nossas primeiras lembranças existem pela nossa família que nos repassam memórias e assim as conservamos e as reformulamos. Temos recordações da nossa infância que acreditamos que são só nossas, contudo, muito do que lembramos se modifica à medida em que nos apoiamos em outras memórias para trazer de volta o nosso passado. A memória individual não está isolada, pois ao evocar o passado é preciso que se recorra às lembranças dos outros chegando a pontos de referência inseridos pela sociedade. As memórias individuais e coletivas se interpenetram. Nesse sentido, a memória coletiva é a memória dos grupos.

Entretanto, essa memória coletiva sobrevive durante algum tempo, pois ela é oral e, enquanto continuar assim, corre o risco de cair no esquecimento, morrer. Como exemplo, podemos citar os judeus e seus sofrimentos nos campos de concentração. Enquanto membros desses grupos existirem, seus relatos de história existirão, mas e quando todos morrerem, quem perpetuará esses fatos? A memória de uma sociedade se estende até onde atinge a memória dos grupos e objetos que ela compõe, ou seja, quando os grupos que

guardavam sua lembrança desaparecem, ou quando os objetos da memória, como livros, pinturas, esculturas, desaparecem, ela também desaparece (HALBWACHS, 2006). Ele acredita que a memória histórica se baseia na memória coletiva. E para que a memória coletiva não seja fadada ao esquecimento, o autor afirma que esta memória precisa se tornar história. Na diferenciação entre os dois termos, Nora (1993) nos traz:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (p. 9).

Assim a memória cria raízes em vários lugares, um elo vivido no eterno presente. A história liga-se à continuidade do tempo, às evoluções e à relatividade das coisas, ou seja, uma representação do passado. A história, de acordo com Halbwachs, “é um painel de mudanças” que fixa seu olhar no conjunto, só percebe a soma ou o resultado final das transformações desse conjunto, examina os grupos de fora e abrange um período longo. Ao contrário da história, o autor afirma: “a memória coletiva é um painel de semelhanças”, e o que muda são as relações ou contatos do grupo com os outros (2006, p. 109). Na visão de Halbwachs (2006), à medida em que os historiadores vão se utilizando das memórias coletivas para confeccionar e oficializar os fatos, eles impregnam-se de ideologias e de forte influência daqueles poderosos que querem fazer uma reconstrução da história em si. Benjamim (2012) afirma que a história se baseia nas memórias coletivas de uma elite econômica, sendo que as minorias marginalizadas não adquirem voz, pois os historiadores, tomados de parcialidade, enfocando o olhar desta elite econômica, transformam a história de acordo com o seu ponto de vista ou daquilo que lhes for mais conveniente.

Dessa forma, o que se tem, segundo Nora, “é uma deslegitimação da história com o passado vivido” (1993, p. 9), ou

seja, um passado reconstituído para dar maior importância a certas figuras e episódios, em prol dos detentores de poder e opressores. Contudo, é papel da historiografia utilizar-se de imparcialidade, demonstrando as memórias coletivas em toda sua verdade, ouvindo a todos sem distinção e, ainda, corrigir erros que a história apresenta, consequências do que Ricoeur (2007) classifica como “manipulação da memória”, que acaba por servir a interesses de certos grupos, notadamente, aqueles com mais poder econômico, político, pertencentes às elites brancas.

Uma das memórias coletivas que mais sofreram manipulação foi a memória coletiva da escravidão negra. Os sujeitos escravizados eram impedidos de serem alfabetizados, o que os impedia de transformar suas memórias coletivas orais em memórias escritas, e estas, conseqüentemente, não eram utilizadas para se compor a memória histórica da escravidão negra. Assim, a memória histórica da escravidão dos sujeitos africanos foi construída com base nas memórias dos senhores escravistas, que detinham o poder e a escrita. Esses escravizadores eram, obviamente, favoráveis à escravidão, pois lucravam com ela, e por isso minimizavam a barbárie que era a escravização de outros seres humanos. Os historiadores, a maioria a favor da elite que escravizava sujeitos africanos, construíram um discurso que justificava a escravidão, como a salvação de almas pagãs, além de cristalizarem a ideia de que os africanos eram naturalmente inferiores aos brancos. Mais tarde, com a denúncia de abolicionistas e alguns poucos negros que conseguiam ser alfabetizados, é que a memória coletiva dos próprios escravizados começou a se tornar histórica e, por isso, hoje conhece-se o outro lado do que foi realmente a escravidão africana.

4. A memória da escravidão em *A travessia do rio*

Caryl Phillips nasceu na ilha caribenha de São Cristóvão em 1958. Cresceu em Leeds, na Grã-Bretanha, e estudou Literatura Inglesa na Universidade de Oxford. Atualmente é professor de inglês na Universidade de Yale. Phillips escreveu dramas para o teatro e documentários para rádio e televisão, assim como roteiros

para filmes, romances e obras de não ficção, além da edição de duas antologias. Dentre suas principais obras, destacam-se: *Crossing the River* (1993), *The Nature of Blood* (1997), *A Distant Shore* (2003) e *The Lost Child* (2015). É um autor de talento reconhecido e dentre suas premiações literárias mais notáveis estão: *James Tait Black Memorial Award* (1994), *Commonwealth Writers Prize* (2004), *PEN/Open Book Award* (2006). Mais conhecido por seus romances, Phillips é frequentemente descrito como um escritor do Atlântico Negro, já que demonstra em suas obras o interesse sobre os povos africanos e a exploração à qual foram submetidos historicamente (WARD, 2011).

Em *A travessia do rio*, o autor discorre sobre os 250 anos da diáspora africana. A narrativa conta a história de três irmãos (Nash, Martha e Travis) que são vendidos ainda crianças por seu próprio pai, em um tempo de colheita ruim, para um traficante de escravos em um navio negreiro, com destino à América. Com os laços familiares rompidos pela escravidão, os três irmãos vivenciam suas jornadas, simbolicamente separados por épocas e continentes distintos, demonstrando a luta cotidiana advinda do processo de escravização. O romance se divide em quatro capítulos: 1) *A costa pagã* conta a história de Nash, criado em uma fazenda nos Estados Unidos e enviado à Libéria como missionário; 2) *O oeste* conta a história de Martha, escrava fugitiva no oeste norte-americano no século XIX; 3) *Cruzando o rio* conta a história do capitão Hamilton, que comprou os três irmãos na costa da África e 4) *Em algum lugar da Inglaterra* narra a história de Travis, negro norte americano enviado à Inglaterra na Segunda Guerra Mundial. A análise inicial será do capítulo 3, de forma a contar cronologicamente a história dos irmãos vendidos.

No capítulo 3, há a memória da travessia dos irmãos pelo Atlântico, contida nos relatos feitos pelo capitão do navio negreiro James Hamilton, em um “Diário de Bordo”. Neste diário de viagem, ele descreve toda a rotina no mar até a comercialização, de fato, dos africanos. Com a viagem se aproximando das terras africanas, a preparação para o aprisionamento de escravizados que serão comprados se inicia: “Terça, 29 de setembro [...] O carpinteiro começou a montar as barras das celas das mulheres [...]” (PHILLIPS, MOSAICO, SJ RIO PRETO, v. 19, n. 1, p. 276-300

2011, p. 141).” A memória histórica registrada neste diário de bordo indica que era considerado normal encarcerar africanos como se fossem animais em celas. As negociações são descritas pelo capitão e fica claro que os compradores são exigentes na obtenção dos escravizados:

Quinta, 16 de outubro. Pela manhã, a bordo da chalupa do Sr. Sharp, fui até a Baía do Homem Branco para ver alguns escravos. Vi 10, mas não comprei nenhum. Todos velhos, cegos ou aleijados [...] (PHILLIPS, 2011, p. 142-143).

Os traficantes dos navios negreiros negociam a compra de africanos como se fossem objetos, mercadorias, numa clara mercantilização da vida e objetificação dos sujeitos negros, que devem ser fortes e jovens para dar lucros aos compradores. Ironicamente, o nome *Baía do Homem Branco* evidencia que ali já parecia ser um local específico do homem branco, local não mais pertencente aos africanos, já que o comércio de escravizados havia moldado toda a costa africana.

Sobre o capitão, era exigente ao que se refere à exploração das escravas com o intuito sexual descrevendo que “[...] Trouxeram uma escrava mulher, que recusei por ter peitos grandes e caídos.” (2011, p. 144). Não significa dizer que não abusava de escravas, mas que, por ser o comandante, fazia uso da seletividade. Vemos então a memória acerca da visão sobre a mulher tornada escrava, mostrando que seu abuso sexual ao longo do período de escravidão era tido como natural e rotineiro.

Os relatos das últimas negociações acerca dos escravizados no diário se encerram assim: “[...] Um sujeito calado se aproximou. Comprei 2 meninos-homens fortes e uma garota orgulhosa.” (2011, p. 171), numa referência aos irmãos vendidos pelo pai. O capitão descreve seu orgulho sobre seus feitos nesta viagem: “[...] A compra, relativamente modesta, de 210 escravos ainda vai garantir um pouco de minha mortalidade.” (2011, p. 172). A memória do capitão é coletiva, como entendeu Halbwachs (2006), na medida em que

representa o pensamento branco europeu sobre a escravidão neste período.

As mortes de escravizados a bordo aconteciam com frequência, dada a ausência de higiene e o ambiente insalubre, o que resultava em um alto índice de doenças quase sempre mortais e contagiosas: “Quarta, 28 de abril. Pela manhã, sepultei uma bela menina-moça (nº 123), por causa de uma febre que a destruiu num único dia, depois de muitos gritos e vômitos.” (2011, p. 167). O fato de os sujeitos escravizados serem descritos como números reitera a ideia de objetificação de seres que deixavam de ser humanos ao olhar dos negociadores. O relato do capitão traduz certa memória histórica que perdurou durante muito tempo, a dos detentores do poder, que deixavam evidente não se importar com a crueldade praticada. As memórias dos escravizados que vemos nos relatos de bordo poucas vezes foram consideradas, porque a eles não era dada a oportunidade de expressão. Isso não significa que não houvesse tentativas de resistência, por meios físicos, de revoltas, ou por meio escrito, para aqueles que conseguiam se alfabetizar. Neste mesmo romance, o escravizado Nash consegue demonstrar resistência e subverte a escrita a seu favor.

O capítulo 1 narra a história de Nash Williams, nos Estados Unidos. Recebeu formação cristã, foi alfabetizado e enviado para a Libéria, em 1834, por seu dono Edward Williams, para ajudar a cristianizar africanos. Na narrativa de Nash, fica entendido que ele havia nascido na Libéria, embora a venda dos irmãos, no início do romance, não identifique de qual país saem os três irmãos africanos. Em cartas para seu “dono”, inicialmente Nash revela que suas memórias individuais, na verdade, não eram as suas próprias, pois ele parecia concordar com o que o escravizador lhe fazia acreditar que fosse o correto. A missão na verdade não é realmente o seu desejo e sim o de seu senhor, Edward Williams.

Nas primeiras cartas que Nash escreve para seu senhor, demonstra estranhamento e não reconhece suas origens. Sua memória individual foi influenciada, fato que o faz comportar-se com certa indiferença a tudo aquilo. Nash critica seus compatriotas que não agem de acordo com os ensinamentos dos senhores

escravistas diante da liberdade que vivenciam na Libéria: “Infelizmente, entre alguns dos imigrantes há uma tendência para a lassidão e vadiagem. [...] Aqueles que não trabalham e vivem de pequenos roubos acabam se assemelhando aos nativos.” (2011, p. 30). A percepção primeira de Nash sobre os africanos evidencia seu preconceito, ou o preconceito a ele inculcado pelo seu senhor e por todo o sistema escravizador no qual fora criado, ao dizer que estes que roubam se assemelham aos nativos. Nash assim os descrevia por ter aprendido, com seu patrão, branco e escravizador, que os africanos eram preguiçosos e ladrões, e a escravização era a salvação dessas almas.

Mas, aos poucos, Nash vai demonstrando certa revolta por ser sistematicamente ignorado por Edward Williams, nas cartas que envia. Se sente incomodado com o tema recorrente da escravidão, pois os navios negreiros, que por lá passam, exibem a bandeira americana, o que faz com que os traficantes se sintam protegidos. Nash percebe a contradição que existe em os americanos se dizerem a favor da liberdade na África, entretanto autorizarem navios negreiros a traficar africanos nestas terras, com o respaldo de sua bandeira hasteada:

[...] Existem pessoas em Monróvia que lucram esplendidamente com essa forma de negócio e que preferem ignorar a existência de atos tão vis e das punições que recebem, mas, na verdade, os problemas da escravidão continuam a nos atormentar, mesmo aqui, no seio da liberdade (PHILLIPS, 2011, p. 62).

Nash se sente atormentado pelo que a escravidão representa para o povo africano, e adquire uma visão diferenciada sobre o tratamento dado pelos americanos aos sujeitos tornados escravos, compreendendo que não havia nada de generoso e justo na escravidão. Influenciado pelo que ouvia de Edward Williams sobre os africanos, percebe que a ideologia de outras pessoas modificou a sua vida, afetando suas reais convicções. Sem a presença de seu escravizador por perto, lhe dizendo o que devia fazer, Nash vai aos poucos assumindo suas reais origens. Passa a ter três esposas, que

ensinam a língua local aos seus filhos. Finalmente, em uma carta, descreve o quanto sua visão sobre a escravidão se modificara:

Nós, homens de cor, já fomos muito oprimidos por tempo suficiente. Precisamos lutar por nossos direitos, fazer valer a nossa voz e sentir o amor da liberdade que nunca poderíamos encontrar nos Estados Unidos. Ao contrário de corromper minha alma, esta Comunidade da Libéria me proporcionou a oportunidade de abrir os olhos e retirar o véu da ignorância, que tanto me aprisionou por toda a minha vida (PHILLIPS, 2011, p. 88).

A clareza com que passa a enxergar sua verdadeira história é fundamental para que suas decisões sejam no sentido de perceber suas origens e seu verdadeiro papel entre o seu povo:

[...] A escola não existe mais e nunca mais haverá de ocupar uma posição de poder em qualquer assentamento do qual eu faça parte. Esse trabalho de missionário, esse processo de persuasão, é um exercício inútil entre as pessoas daqui, pois elas nunca rezam verdadeiramente para o Deus dos cristãos, pois o Deus americano nem sequer se parece com o delas nas características mais fundamentais (PHILLIPS, 2011, p. 89).

Ao escrever esta carta, a compreensão de Nash sobre a escravidão já é outra. Nash compreende que acreditar em um Deus dos cristãos não condiz com a cultura africana, algo inconcebível anteriormente, quando a influência de seu patrão era maior. Assim, assume com consciência o seu destino: “[...] e por isso estou fadado a ter uma existência africana, preciso suspender minha fé; assim, opto livremente por viver como africano.” (2011, p. 89). Ele entende que sua liberdade agora é real e verdadeira, pois exerce sua própria autonomia e toma suas próprias decisões, de acordo com o que ele realmente entende e acredita.

Vemos a memória coletiva sendo descortinada a partir das experiências e vivências de Nash Williams, que foi mandado de volta às suas origens, mas influenciado e contaminado pelas memórias coletivas daqueles que detinham autoridade sobre ele.

No capítulo 3, há a figuração das memórias de Martha, uma escrava fugitiva no século XIX, nos Estados Unidos, representando a resistência dos sujeitos escravizados, as fugas. Ela conta as memórias de sua fuga ocasionada por ter sido separada de sua filha e de seu esposo Lucas, e essas memórias se misturam com a realidade vivida em sua trajetória de fuga, numa busca incansável pela família. No decorrer dos fatos, sua memória individual retoma o passado várias vezes que, embora triste, traz conforto nos momentos difíceis que ela atravessa. Martha representa os escravizados que vivem em fuga, em busca de liberdade e de um reencontro com suas famílias, comumente separados, vendidos pelos escravizadores.

A morte de seu escravizador leva o novo herdeiro a vender todos da fazenda e Martha percebe que perderá sua família. As memórias de Martha são coletivas, na medida em que são o retrato desta prática ocorrida a tantas famílias escravas. Da mesma forma, suas memórias figuram a memória coletiva da vida dura de trabalho no eito, pois seu corpo sofrido e envelhecido denuncia o quanto seu serviço é duro, tendo as mãos de uma mulher com o dobro de sua idade: “a pele massacrada, machucada e sangrando, como couro puído.” (p. 105). Isso é o resultado do trabalho pesado e degradante nas lavouras das fazendas, de 14, 16 e até 18 horas quase ininterruptas, debaixo de muito calor, sem direito a descanso e a uma alimentação apropriada. Martha relembra que uma de suas fugas foi por saber que seria novamente vendida do outro lado do rio:

Naquela noite, ela preparou sua trouxa e foi embora. Para onde, não sabia (não dou a mínima), preocupada apenas em seguir para o Oeste (para o Oeste), para longe do grande rio (do inferno) e evitar os traficantes de escravos, que a venderiam alegremente do outro lado da fronteira, no Missouri (PHILLIPS, 2011, p. 112).

O trecho evidencia que sua memória se centra na ideia de que sua vida de escrava era ruim, mas poderia se tornar ainda pior. Vozes como as de Martha não eram ouvidas na rememoração

histórica da escravidão, recontada por historiadores da época. Na ficção, há uma resignificação à história da escravidão. No caso de Martha, além da dor, da separação familiar e do medo, evidencia-se sua coragem e resistência por meio da fuga.

A fuga, para muitos, era a única possibilidade de se ter uma vida, de fato:

[...] Ela nunca mais seria leiloada. (Nunca.) Nunca mais mudaria de nome. (Nunca.) Nunca mais seria propriedade de outra pessoa. (Não senhor; nunca.). Olhou para trás e correu. (Sem olhar para trás, garota). [...] (Agora ninguém mais é meu dono.) (PHILLIPS, 2011, p. 112).

Martha fugia porque havia perdido tudo, porque sabia que a vida poderia se tornar muito pior e para não ser revendida mais uma vez. Sua determinação é reiterada através dos parênteses com expressões de promessas para si mesma, uma tentativa de se manter forte. A trajetória dos fugitivos era sempre difícil. Eles conviviam com o medo, se escondendo durante o dia e arriscando-se à noite pelas matas, no escuro, sem comida, sem água. E, assim, se apegavam ao desejo da liberdade com foco e determinação, assim como Martha o fez. Ao recordar a fuga, as memórias de Martha sobre a escravidão (memórias coletivas, que simbolizam tantos escravizados em fuga) evidenciam a esperança através da fuga, única possibilidade de alguma felicidade, já que sua família lhe fora negada.

Numa caravana de pioneiros rumo ao Oeste, acreditando que lá encontrará sua filha, Martha, depois de anos em fuga, idosa e doente, é abandonada no meio do caminho. Era esse o destino dos sujeitos escravizados e dos fugitivos ao envelhecer: o abandono em estradas, deixados para morrer. No frio do Colorado, Martha se deita para morrer. Agasalhando-se para dormir “[...] estranhamente, ela se sentiu como se fosse fazer algo mais do que dormir. Como se seu corpo estivesse minguando para outro tipo de sono. Igual ao dia em que perdera Eliza Mae. Mamãe. Mamãe.” (p. 103). A escravidão foi responsável por separar muitas mães de seus filhos e a dor

provocada por essa separação causava nas famílias uma sensação de morte, algo difícil de superar e de explicar, e a memória desse trauma persegue Martha até o fim de sua vida. Mas, ela havia resistido e buscado trilhar seu caminho fugindo da tristeza imposta pela separação familiar. Entre delírios, sua memória transcendia entre o imaginário e o real, seu passado, presente e futuro, e imaginava sua filha Eliza Mae de volta para os seus braços. Na morte, Martha encontra sua libertação das memórias que lhe causavam dor, de um passado historicamente afetado pela ambição e pelo poder.

A última memória retratada no romance é sobre Travis, um jovem norte americano, descendente de pessoas que foram escravizadas, pobre e sem instrução. O último filho vendido na costa africana é figurado séculos depois, de modo a se evidenciar os legados da escravidão. Foi convocado para o serviço militar na 2ª Guerra Mundial, para defender a Inglaterra da Alemanha. Como soldado americano, foi mandado para uma aldeia na Inglaterra, onde conheceu uma mulher branca, chamada Joyce. É dela a memória sobre Travis. Ela era casada com um homem branco e violento, que foi preso por negociar produtos ilegais. Ao conhecer Travis, se apaixona e, por isso, foi criticada e julgada pelas pessoas (brancas), que não concordavam com relacionamentos entre brancos e negros.

Apesar de a escravidão ter sido abolida há tantos anos, deixou um legado de preconceito e racismo nas pessoas. Uma das justificativas que os escravizadores utilizavam para legalizar a escravidão era pregar a suposta inferioridade das pessoas negras, o que ficou incutido na consciência de muitos. Em um contexto de guerra, as classes hierarquizadas dos Estados Unidos demonstraram sua discriminação ordenando que primeiramente se enviassem os homens negros para a frente de batalha. Muitos morreram em defesa de uma pátria que não se importava com eles.

Joyce dança com Travis em um baile, sabendo que “todo mundo estava olhando para nós” (p. 225). No período da escravidão, um homem negro que se envolvesse com uma mulher branca, mesmo que com o seu consentimento, era punido com

tortura e até a morte. A sociedade considera um ato repugnante o envolvimento entre ambos, mesmo se tratando de uma época em que a escravidão foi abolida, pois os legados da escravidão, como o racismo, se mantém por muito tempo, como entende Angela Davis (2016) ao descrever como a segregação racial perdurou até os anos 1960 de forma legal nos Estados Unidos, e de forma estrutural desde então. Escrevendo esses fatos em seu diário, Joyce nos conta a memória coletiva do racismo, legado da escravidão.

Joyce foi casada com um homem branco que a violentava constantemente: a sociedade não criticava isso, porém sua relação com Travis, homem negro, é inaceitável para sua pequena comunidade. O legado da escravidão nos mostra que as oportunidades não são dadas igualmente às pessoas de raças diferentes. Ao branco, as portas se abrem sem restrições; por outro lado, ao negro, as restrições são inúmeras. É irônica a posição desta sociedade, rememorada por Joyce em seu diário, pois não se leva em consideração o caráter dos homens, mas a sua cor.

Joyce convidou Travis para sair, mas ele ficou um tanto assustado com a iniciativa. A reação de Travis mostra que na memória coletiva dos sujeitos negros era proibido um homem negro se envolver com uma mulher branca, e sendo ele descendente de escravizados, inconscientemente, hesita e sente medo do jugo social. O terror era imposto aos sujeitos escravizados à época da escravidão e os vestígios e legados dessa escravidão são ainda observados com outra “roupagem” através do preconceito, dos pré-julgamentos, das críticas destrutivas e do racismo estrutural. Travis foi punido depois de passear pelas ruas com Joyce e contou a ela que “[...] bateram com tanta força que ele pensou que seus rins fossem explodir. [...] Quando o levaram para o acampamento, fizeram um relato de que estava bêbado e difícil de ser controlado.” (p. 281). O exército americano não compactuava com a ideia de um relacionamento entre um soldado negro e uma mulher branca, assim como a sociedade racista da época. Aparelhos ideológicos que pregam a disciplina, a ordem e o respeito estão impregnados de racismo estrutural. Porém, o exército não descreve, efetivamente, que bateram em Travis por ele estar com uma mulher branca.

Diferentemente do relato do Capitão Hamilton em seu diário de bordo, que não hesita em descrever os castigos dados aos sujeitos escravizados, já que naquela época não era crime a escravidão e toda forma de violência contra sujeitos tornados escravos, aqui temos o fato de o exército criar uma falsa justificativa para o espancamento de Travis, já que seria crime ele ser punido apenas por namorar uma mulher branca. Embora todos soubessem da verdade, as memórias históricas que a narrativa sugere que constariam nos livros de registros do Exército Britânico não seriam de racismo. Analogicamente, pode-se pensar que as cartas iniciais de Nash, na Libéria, cristãs e focadas na evangelização dos sujeitos africanos, seguindo o que seu escravizador lhe havia ordenado fazer, também criam falsas justificativas para a escravização dos sujeitos locais: seriam pagãos, incultos, corriam o risco de terem suas almas perdidas. Na verdade, a evangelização era a falsa justificativa para a obtenção de mão de obra gratuita.

Como o contexto era de guerra, Travis foi mandado para a Itália para cumprir uma missão, sendo obrigado, dessa forma, a deixar Joyce na aldeia e esperando um filho dele. Os homens negros eram mandados para a guerra, para combater pelas ideias de uma elite branca norte-americana, para morrerem por eles. Nessas condições, muitos foram separados de suas famílias assim como no período escravagista. Travis e Joyce tiveram um filho e foram separados pela guerra. A memória coletiva vem nos mostrar que pessoas negras, no contexto da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, Inglaterra ou Itália, continuavam sendo tratadas com desigualdade, que seus direitos continuavam sendo tolhidos e que a percepção dos poderosos é a de que não precisavam de família, porque tudo isso caracteriza legados da escravidão presentes no preconceito dessas sociedades brancas e racistas.

Joyce relata ter recebido a notícia de que Travis estava morto. Ela perdeu seu marido para a guerra. Para muitas guerras. A guerra do legado da escravidão. A guerra do preconceito de uma sociedade injusta e hipócrita. Uma sociedade que concorda que a mulher viva com um homem branco apanhando e sendo violentada com frequência do que dividir sua vida com um homem negro.

Conclusão

Observou-se que na obra analisada, *A travessia do rio*, de Caryl Phillips (1993), tematizou-se a separação de uma família africana, que teve seus filhos vendidos pelo pai a um traficante de escravos no século XVIII e que, em épocas distintas, foram vitimados pelo processo escravagista e seus legados, por serem descendentes de sujeitos que foram escravizados.

Nos registros do capitão do navio negreiro em um diário de bordo sobre a travessia da viagem pelo Atlântico, percebeu-se que os traficantes tratavam os africanos como objetos, como moeda de troca que seriam usadas para a obtenção de lucros próprios. Eram transportados de forma desumana e cruel em ambientes insalubres e com mínimas condições de sobrevivência, e acorrentados como se fossem animais. São memórias históricas, pois partem de trechos existentes em um diário que entendemos ser um registro histórico da escravidão.

Observou-se, em Nash, que suas memórias advinham de seu contexto social de convivência com o homem branco, na pessoa de seu dono que, ideologicamente, lhe mandou cristianizar os povos africanos como se eles não tivessem sua própria religião, fazendo-o acreditar que era algo bom. Entretanto, Nash tem essas memórias substituídas ao perceber (sem a influência de seu dono) que sua atitude era uma forma de escravidão que ele também vivia e não se dava conta.

No tocante à Martha, observou-se a memória da dor da separação, do sofrimento diante da solidão, da angústia por desejar um reencontro com a filha que foi vendida quando criança. Evidenciou-se uma fuga real e imaginária como estratégia para retomar a vida que lhe foi roubada em tempos distantes. Constatou-se a crueldade que era a escravidão para essas famílias, que, ainda assim, refugiavam-se em memórias de um passado menos doloroso, quando, apesar de escravizados, ainda tinham a família por perto.

Em Travis, entendeu-se que a escravidão foi abolida, contudo ela deixou legados que continuam disseminando racismo, preconceito, desigualdade e injustiças, agora contra os descendentes daqueles que foram escravizados no passado. Através de Travis, (descendente de negros), foi demonstrado que a memória coletiva dos brancos foi influenciada pelo processo de escravização humana e se revelou mediante o racismo e o preconceito contra o relacionamento dele com uma mulher branca, na sociedade do século XX, quando não era permitido tal envolvimento, assim como na época da escravidão. Notou-se, ainda, que a separação da família se repetiu neste contexto mais atual em consequência de fatores advindos do escravismo.

Neste sentido, concluiu-se que, no passado, a escravidão foi abolida, mas os descendentes deste processo continuam sendo afetados por outras formas “modernas” de escravidão. Criaram-se justificativas hipócritas como forma de tentar dar respaldo ao que os detentores de poder defendem como sendo a verdade absoluta. Observou-se que as memórias coletivas de cada personagem foram expostas em momentos distintos e que, mesmo assim, eram tornados vítimas em decorrência do processo escravagista. Sonhos dizimados, famílias despedaçadas, vidas interrompidas, manipulação. Todas essas memórias fazem parte da história da escravidão e ainda prejudicam esses que são frutos deste passado traumático. Compreendeu-se, dessa forma, que os 250 de diáspora africana nos trazem a reflexão sobre a cruzeza que foi a escravidão humana e seus barbarismos, e ainda nos levam a perceber que ela deixou legados, e estes precisam ser combatidos.

ALVES, E. R. F.; CHÍXARO, D. R. D. A memória coletiva da escravidão num panorama de 250 anos no romance *A travessia do rio* (1993), de Caryl Phillips. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 19, n. 1, p. 276-300, 2020.

**THE COLLECTIVE MEMORY OS SLAVERY IN AN
OVERVIEW OF 250 YEARS IN THE NOVEL *CROSSING THE
RIVER* (1993), BY CARYL PHILLIPS**

ABSTRACT: It is analyzed the novel *Crossing the River*, (1993), by Caryl Phillips, on the light of the collective memory of
MOSAICO, SJ RIO PRETO, v. 19, n. 1, p. 276-300

slavery. To Halbwachs (2006), there are individual memories that become collective, and they create the historical memory. This novel encompasses the collective memory of two enslaved people, an enslaved descendant and a slave ship captain, in a historical overview of 250 years of black slavery and its legacies. The collective memory of slavery becomes historical according to the memory of the slave masters, holders of economic power.

KEYWORDS: Collective memory; Slavery; *Crossing the River*; Caryl Phillips.

Referências bibliográficas

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANKLIN, John Hope; MOSS, Alfred A. *Da escravidão à liberdade: a história do negro americano*. Trad. Élcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- MEIER, August; RUDWICK, Elliot. *From Plantation to Ghetto*. New York: Hill and Wang, 1970.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História. *Revista do Programa de estudos pós-graduados de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP)* São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.
- PHILIPS, Caryl. *A travessia do rio*. Trad. Gabriel Zide Neto. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et.al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SEGAL, Ronald. *The Black Diaspora: Five Centuries of the Black Experience Outside Africa*. New York: Noonday, 1995.
- SMALLWOOD, Stephanie E. *Saltwater Slavery: A Middle Passage from Africa to American Diaspora*. Cambridge/ London: Harvard University Press, 2007.

A MEMÓRIA COLETIVA DA ESCRAVIDÃO NUM PANORAMA DE 250 ANOS NO ROMANCE *A TRAVESSIA DO RIO* (1993), DE CARYL PHILLIPS

WARD, Abigail. *Caryl Phillips, David Dabydeen and Fred D'Aguiar: Representations of Slavery*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2011.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.